

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº, DE 2004
(Do Sr. Onyx Lorenzoni)

**Solicita informações ao Sr. Ministro
Chefe da Casa Civil da Presidência da
República a respeito das atividades
realizadas no intuito de avaliar e apresentar
propostas de modificação da legislação que
trata da exploração dos jogos de bingo.**

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Ex^a, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República, José Dirceu de Oliveira e Silva, no sentido de esclarecer a esta Casa, no prazo constitucional, sobre os trabalhos do Grupo de Trabalho Interministerial instituído pelo Decreto de 1º de outubro de 2003 com o objetivo de avaliar e apresentar propostas de modificação da legislação que disciplina a exploração dos jogos de bingo, especialmente os seguintes aspectos:

- (a) os motivos que levaram a Chefia da Casa Civil da Presidência da República a propor a revisão da legislação sobre bingo, após a proibição legal de sua exploração, fornecendo a exposição de motivos que acompanha o referido Decreto.
- (b) a que conclusões o Grupo de Trabalho Interministerial chegou após encerradas suas atividades, fornecendo o inteiro teor de seus relatórios finais e demais proposições e avaliações.
- (c) quantas reuniões foram promovidas pelo Grupo de Trabalho Interministerial, as suas datas, participantes e estudos apresentados.
- (d) o inteiro teor das atas das respectivas reuniões, bem como a lista de convidados e participantes integrantes ou não da administração pública federal.
- (e) quantas reuniões contaram com a participação, ainda que em caráter informal, do Sr. Waldomiro Diniz e da Sra. Virgínia Mesquita.
- (f) os motivos da reunião havida recentemente na Casa Civil da Presidência da República com membros do Ministério Público sobre a nova legislação referente a bingos (a que se refere a matéria do Jornal do Brasil, de 14 de fevereiro de 2004) e seus resultados práticos.

- (g) a posição sustentada pela Casa Civil da Presidência da República sobre a legalização da exploração de bingos e demais jogos de azar pela iniciativa privada.
- (h) as reuniões realizadas na Casa Civil da Presidência da República, ainda que fora do âmbito do Grupo de Trabalho Interministerial, que contaram com a participação de pessoas naturais ou jurídicas de direito privado com específico interesse na decisão acerca da legalização da exploração de bingos, fornecendo inteiro teor dos registros de cada audiência, com o respectivo sumário das matérias tratadas, nos termos do art. 12, II e 4º, VI, do Decreto nº 4.081, de 11 de janeiro de 2002.
- (i) as reuniões a que compareceram o Sr. Waldomiro Diniz, na condição de Subchefe de Assuntos Parlamentares da Casa Civil da Presidência da República, que contaram com a participação de pessoas naturais ou jurídicas de direito privado, fornecendo inteiro teor dos registros de cada audiência, com o respectivo sumário das matérias tratadas, nos termos do art. 12, II e 4º, VI, do Decreto nº 4.081, de 11 de janeiro de 2002.

JUSTIFICAÇÃO

Em 1º de outubro de 2003, foi editado Decreto sem número com o objetivo de instituir Grupo de Trabalho Interministerial *para avaliar e apresentar propostas para modificar a legislação que trata das atividades relacionadas à exploração dos jogos de bingo*. O prazo fixado para a conclusão dos trabalhos do Grupo era de 45 dias, segundo o art. 1º do Decreto.

Ante a iminência da introdução de nova disciplina legislativa sobre a atividade, um grupo de membros do Ministério Público Federal (segundo noticia o jornal Zero Hora, de 17 de fevereiro de 2004) enviou ao Presidente da República estudo que demonstra a ligação entre a exploração de bingo e o crime organizado, em especial com a máfia italiana. Ainda a esse propósito, notícia veiculada no Jornal do Brasil, de 14 de fevereiro de 2004, menciona reunião ocorrida na Casa Civil da Presidência da República com membros do Ministério Público Federal sobre a legalização do bingo no país.

A seu turno, a edição da revista Época de 16 de fevereiro de 2004 dá contada proximidade entre o Sr. Waldomiro Diniz, alto funcionário da Casa Civil da Presidência da República até poucos dias, e entidades interessadas na nova legislação acerca da exploração de bingo no país. Nesse sentido, informa a reportagem do periódico semanal:

“A mesma testemunha diz que ‘Waldomiro, após se afastar da Loterj, passou a defender os interesses de Ortiz no governo e no Congresso’. Segundo a denúncia feita pelo depoente ao Ministério Público, ‘esta defesa não se dá às claras, e sim é intermediada pelo dono do Bingo Augusta e presidente da Associação Brasileira de Bingos (Abrabin), Olavo Salles’.

O principal interesse da Abrabin é o projeto de regulamentação dos bingos. No fim do ano passado, o presidente Lula criou um grupo de trabalho para estudar o projeto, envolvendo Caixa Econômica Federal, Receita Federal, Ministério Público e vários ministérios. O grupo fez uma proposta e o projeto está parado na Casa Civil, à espera da decisão do ministro José Dirceu. Waldomiro compareceu à reunião que decidiu criar o grupo de trabalho, depois saiu de cena. ‘Foi uma decisão do José Dirceu, por conta da passagem dele pela Loterj’, diz o deputado Gilmar Machado (PT-SP), principal defensor da legalização dos bingos no Congresso.

‘Eu gostaria muito que Waldomiro Diniz opinasse no projeto’, diz o presidente da Abrabin, Olavo Salles. ‘A presença dele na Casa Civil é uma reserva de bagagem de conhecimento’. O projeto ainda não saiu da Casa Civil, mas Salles está otimista. ‘A proposta deve contemplar nossos interesses.’ Quando era presidente da Loterj, Waldomiro foi a grande estrela de um encontro da Abrabin sobre o projeto de legalização do jogo. Arrancou aplausos ao defender que o controle fosse feito pelos Estados, e não pela Caixa Econômica Federal.

A bem da moralidade no serviço público e do papel fiscalizador atribuído constitucionalmente ao Congresso Nacional, as atividades da Casa Civil da Presidência da República acerca dos estudos sobre a disciplina legislativa dos bingos e demais jogos de azar estão, sobretudo em razão dos fatos ultimamente revelados pela imprensa, a merecer prontos esclarecimentos.

Sala das Sessões, em de de 2004

Deputado Onyx Lorenzoni